



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 12 de abril de 2024

<b>Bolsas</b> Na quinta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quinta-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b>	<b>CDI</b>	<b>CDB</b>	<b>Inflação</b>
0,51% São Paulo	128.857	R\$ 5,090 (+ 0,24%)	R\$ 1.412	R\$ 5,461	10,65%	10,55%	IPCA do IBGE (em %)
0,01% Nova York	127.396	Últimos					Outubro/2023 0,24
	8/4 9/4 10/4 11/4	5/abril 5,065					Novembro/2023 0,28
		8/abril 5,031					Dezembro/2023 0,56
		9/abril 5,007					Janeiro/2024 0,42
		10/abril 5,078					Fevereiro/2024 0,83

## CONJUNTURA

# Meta de reajuste é de 19% até 2026

Ministra fala em recomposições salariais para servidor nos dois anos finais do atual mandato de Lula

» RAFAELA GONÇALVES

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Ministra Esther Dweck: para este ano, governo só negocia reajuste com servidores da Educação

Em meio a ameaças de greve do funcionalismo público, o governo está estudando um reajuste salarial para os servidores da educação acima de 19% até 2026. A proposta inicial começou com um aumento de 9% dado em 2023 e, em acréscimo, mais dois reajustes em 2025 e 2026, cuja somatória, até o fim do mandato de Lula, seria de cerca de 19%.

Em entrevista ontem ao programa *Bom Dia, Ministra*, da TV Brasil, a chefe da pasta da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, deu um novo tom para as negociações, falando em uma possível contraproposta. Apesar de reforçar a falta de espaço no Orçamento deste ano, o que impossibilita o aumento, ela afirmou que, no momento, a prioridade para negociações são os técnicos de instituições federais, que mobilizam greves pelas universidades no país.

Cerca de 200 mil servidores federais da educação já aderiram à paralisação. Diante da pressão, a ideia é negociar um aumento com a categoria. Para as demais carreiras, o governo oferece elevar benefícios em 2024. A proposta é reajustar, a partir de maio deste ano, o auxílio-alimentação de R\$ 658 para R\$ 1 mil (alta de 51,9%); a assistência à saúde complementar per capita média (auxílio-saúde) de R\$ 144,38 para R\$ 215; e a assistência pré-escolar (auxílio-creche) de R\$ 321 para R\$ 484,90. As categorias têm até segunda-feira para responder à proposição do governo.

À TV Brasil, a ministra comentou o esforço do governo em valorizar o funcionalismo público. “Neste momento, estamos discutindo no governo um espaço orçamentário não só para educação, mas para os demais servidores, para que a gente possa ter um valor acima desses 19% até 2026”, disse Dweck.

Para avançar nas negociações, o governo está contando com uma parte dos R\$ 15,7 bilhões em gastos extras no Orçamento, aprovados pela Câmara dos Deputados na noite da última terça-feira. O dispositivo foi inserido de última hora no projeto que

recria o seguro obrigatório para vítimas de acidentes de trânsito, o DPVAT, e ainda precisa passar pelo Senado.

A abertura de uma negociação à parte com os servidores técnicos-administrativos em educação foi comemorada pela categoria, que se reuniu ontem à tarde com a ministra Esther Dweck. Para a deputada federal Ana Pimentel (PT-MG), vice-presidente de educação superior da Frente Parlamentar Mista da Educação, o anúncio de negociação com os servidores da educação “traz esperança para uma categoria fundamental no funcionamento das instituições de ensino”.

“A reestruturação da carreira e o reajuste salarial são passos importantes para reconhecer o valor desses profissionais. É crucial garantir condições dignas de trabalho para impulsionar a expansão das universidades públicas”, disse Pimentel, após o encontro.

Os professores da Universidade de Brasília (UnB) aprovaram o indicativo de greve por tempo indeterminado a partir da próxima segunda-feira. Em pauta nacional unificada, os docentes das universidades federais pedem reajuste de 22,71%, dividido

em três parcelas iguais de 7,06% em 2024, 2025 e 2026.

A construção da greve nacional está mobilizando professores de instituições federais de ensino de todo o país. Além da UnB, docentes de outras universidades e institutos federais já aprovaram a deflagração de greves, como na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e no Instituto Federal do Sul de Minas Gerais.

Em nota, o Ministério da Educação (MEC), afirmou que “vem envidando todos os esforços para buscar alternativas de valorização dos servidores da educação, atento ao diálogo franco e respeitoso com as categorias”.

### Recurso extra

A busca por recursos extras para atender à reivindicação por reajustes salariais contraria o discurso de austeridade fiscal defendido pelo Ministério da Fazenda. Na terça-feira, o ministro Fernando Haddad descartou um reajuste para os servidores, sob a justificativa de que “o Orçamento está fechado”. Mas é grande a pressão, dentro e fora

do governo, para obter uma parte da receita extra proveniente dos R\$ 15,7 bilhões do DPVAT.

Para o economista-chefe Warren Investimentos, Felipe Salto, a aprovação de gastos extras a partir da pressão de parlamentares e servidores em busca de reajuste é “péssima para o arcabouço fiscal” e pode gerar problemas no cumprimento da meta fiscal, que é de déficit zero em 2024. “Antecipa debate sobre ampliação do limite para gastar que não tem sentido em meio à necessidade de ajuste fiscal”, avaliou.

Senadores avaliam uma aprovação com facilidade, mas ainda existe uma expectativa de que a ampliação de gastos não passe. “Não creio que passe no Senado, pois não é iniciativa da Fazenda e prejudicaria bastante a lógica do ajuste em curso. Se passar, a pressão para o governo usar o dispositivo será grande, porque o primeiro relatório bimestral já foi apresentado e, nele, as metas estão cumpridas e o cenário é róseo. Logo, poder-se-ia acionar a elevação do limite para o gasto de imediato. Uma péssima ideia”, completou Salto.



**Nesse momento, estamos discutindo no governo um espaço orçamentário não só para educação, mas para os demais servidores, para que a gente possa ter um valor acima desses 19% até 2026”**

**Esther Dweck,**  
ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

### Novos concursos

Ainda sobre funcionalismo, a ministra Esther Dweck anunciou que novos concursos públicos federais serão autorizados para este ano. A titular da pasta, no entanto, não detalhou para quais órgãos haverá editais em 2024.

“Terá a autorização de novas vagas neste ano e também alguns provimentos adicionais. Por exemplo, recentemente autorizei o caso da Polícia Penal, que o ministro Lewandowski me pediu por conta da emergência em Mossoró (RN). Em algumas outras áreas estamos autorizando provimentos de concursos anteriores”, mencionou Dweck.

A titular da pasta reiterou a disposição do governo de abrir vagas por meio de um novo Concurso Nacional Unificado. Segundo ela, o critério para a forma de oferta (seleção individual ou por meio de um novo CNU) dependerá de fatores como o Orçamento da União.

“Estamos estudando como torná-lo (CNU) uma forma frequente de ingresso no serviço público brasileiro, torná-lo perene”, afirmou Dweck.

**Colaboraram Francisco Artur e Raphael Pati**

## CONSUMO

### ICMS de compras on-line pode ir para 25%

Representantes de governos estaduais discutem um aumento de 17% para 25% na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativa às compras feitas nos sites de e-commerce internacionais que aderiram ao programa Remessa Conforme, da Receita Federal.

Uma eventual mudança pesará no bolso dos consumidores que utilizam plataformas como Shein, Shopee e AliExpress. O salto no volume de remessas feitas ao Brasil por essas empresas tem incomodado as varejistas nacionais, que veem concorrência desleal e pressionam por um tratamento igualitário.

O debate sobre a nova alíquota ocorreu ontem durante a 44ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), em Fortaleza. Em nota, após o encontro, o Comitê disse estar buscando um tratamento tributário equitativo para a indústria e o comércio nacionais.

“O compromisso com a equidade e justiça tributária no Brasil é um dos pilares que norteiam as Fazendas estaduais. Corolário deste princípio é o tratamento tributário isonômico dos produtos importados com os resultantes da produção e circulação nacionais, uma vez que este equilíbrio tem reflexo direto na manufatura do emprego e da renda dos brasileiros, o que se constrói a partir de um ambiente de competição justo para os negócios nacionais”, destacou o comunicado.

### “Linha tenebrosa”

Em nova reunião, a ser realizada nos próximos dias, o Comsefaz pretende avaliar questões alfandegárias “em perspectiva com as condições estendidas ao empreendedorismo nacional” para definir a nova alíquota de ICMS.

A taxação de 17% entrou em vigor em agosto do ano passado, com o programa que isenta a cobrança do imposto de importação para encomendas abaixo de US\$ 50 (cerca de R\$ 250). Atualmente, o único tributo que incide sobre essas compras é cobrado pelos estados.

Caso seja aprovado, o novo valor passará a ser cobrado a partir de 2025. Governadores têm pressão para aprovar o aumento, que só pode valer após a votação do Comsefaz. Eles precisam ainda homologar a nova taxa por meio de votação nas Assembleias Legislativas estaduais.

Para o Instituto Livre Mercado (ILM), o aumento da alíquota do ICMS pode tirar o acesso e poder de compra de milhões de consumidores brasileiros de todas as classes sociais, mas principalmente das classes C, D e E. “O aumento de impostos nunca é bom, ainda mais em produtos que são consumidos em boa parte pelos mais pobres. O ministro Fernando Haddad segue em uma linha tenebrosa de procurar novas fontes de receita para o governo”, afirmou o deputado Rodrigo Valadares (União/SE), membro da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM). (RG)

## SENADO

### Nova contrapartida para abater dívida dos estados

» ALINE BRITO

A proposta de renegociação de dívidas dos estados com a União deverá incluir projetos de infraestrutura como contrapartida para a redução dos juros. A alternativa foi defendida pelo presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após receber ontem o vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões (Novo).

A principal queixa dos entes é em relação ao indexador dos juros. Hoje, os estados pagam

encargos iguais à taxa básica de juros (Selic).

A proposta inicial apresentada pelo Ministério da Fazenda atrela a redução dos juros ao investimento em ampliação das matrículas no ensino médio técnico. Pacheco, no entanto, mostrou-se favorável a uma alternativa apresentada pelo vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões, de incluir investimentos em infraestrutura nas contrapartidas em projeto de lei, que ainda será enviado pelo governo.

“Sou plenamente a favor de que as contrapartidas exigidas

Reprodução/Jonas Pereira/Agência Senado



Pacheco: articulação para superar impasse entre União e estados

pela União para poder ter o desconto no indexador possam ser flexíveis. Por vezes, o estado já tem suficientes investidos recursos na educação e queira

investir em infraestrutura. Essa flexibilidade é algo inteligente e muito razoável”, disse o presidente, após o encontro. Segundo Pacheco, o indexador

de juros faz “dívidas bilionárias e impagáveis”.

A dívida de Minas Gerais é de R\$ 160 bilhões. O estado é o único que não aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal. Na conversa, Pacheco e Simões analisaram a possibilidade de entrega de ativos dos estados para serem federalizados. Nesse caso, por exemplo, Minas Gerais entregaria empresas, como a Companhia Energética Minas Gerais (Cemig) e o Programa Plantando o Futuro (Codemig) para a União e, em troca, parte da dívida seria abatida.

Na próxima segunda-feira, Pacheco se reunirá com os governadores do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e de Goiás para avançar nas discussões.